

Casamatas

As casamatas, uma das partes mais antigas da fortaleza, serviram de celas nos primeiros anos da cadeia. No futuro, terão exposições temporárias

A fortaleza do regime de Salazar (III) Reportagem


No dia 27 de Abril, data que celebra a libertação dos presos do Forte de Peniche, as portas da fortaleza vão abrir-se para começar a mostrar o museu que ali há-de ficar instalado. Será só uma ínfima parte do que haverá para ver, em termos de conteúdos, mas a parte física está quase toda disponível.

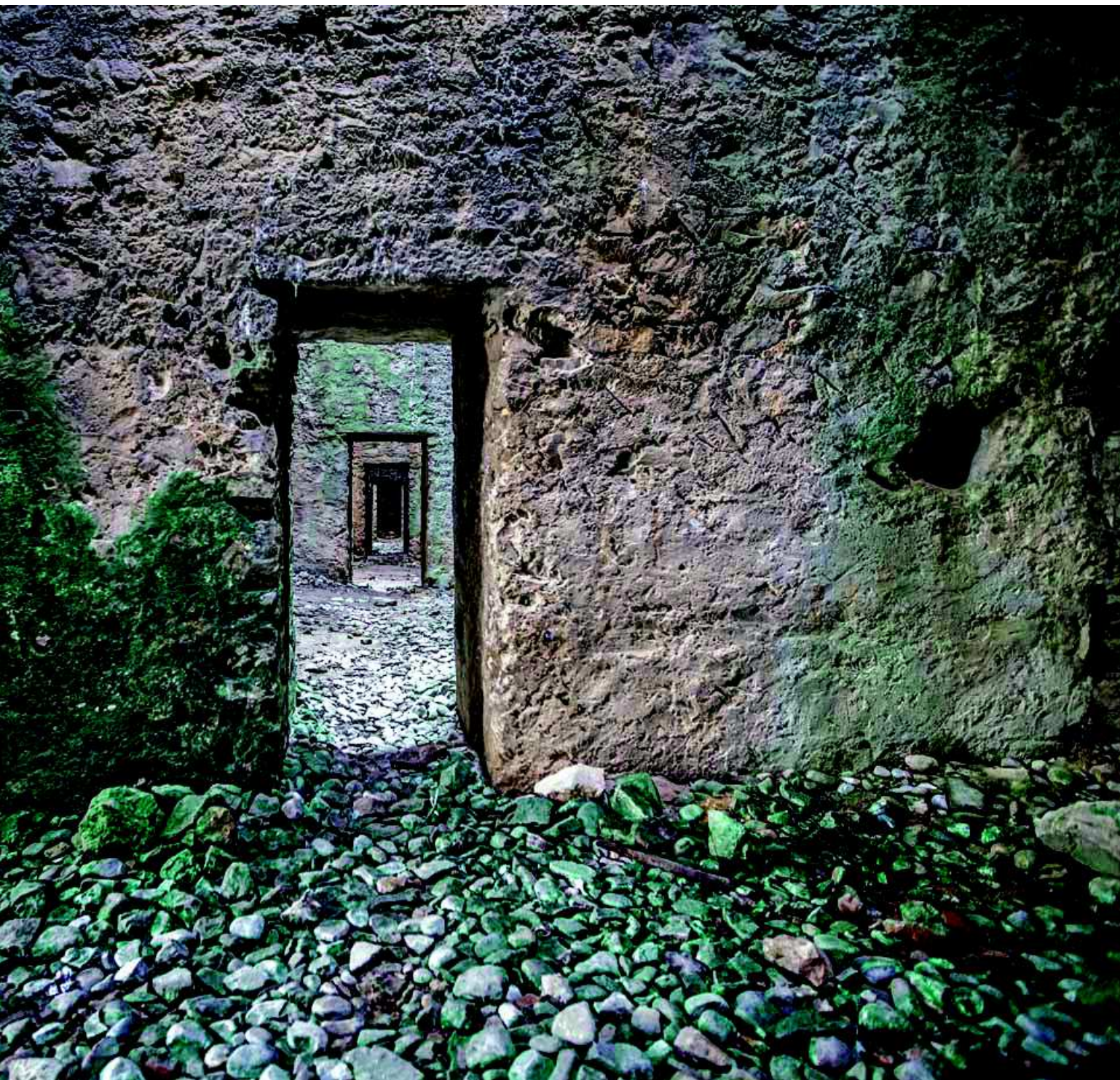
“O museu está lá, são aquelas paredes”

A memória
leva
tempo
a ser
construída



Há muito mais para ler, ver e ouvir na **página online especial do P2** dedicada à Cadeia do Forte de Peniche. Fique a conhecer os 13 antigos presos políticos cujas memórias ajudaram a construir esta série de reportagens. Na próxima semana, descubra no *site* o documentário em vídeo sobre a vida dos presos na antiga fortaleza.

 **Textos, fotogalerias e vídeos em**
publico.pt/peniche-a-fortaleza-do-regime-de-salazar





Não há portas fechadas na Fortaleza de Peniche, neste dia de céu azul e sol forte de Janeiro. Os pavilhões que até 1974 encerravam presos políticos estão agora escancarados, com material de trabalho a ocupar algumas salas ou celas. Andaimos colam-se às paredes dos edifícios e os homens que por ali circulam hão-de sair ao final do dia de trabalho. Ninguém ficará ali preso. Os trabalhadores que estão ocupados com as primeiras obras de reabilitação do espaço circulam sem limitações. No exterior, uma faixa negra com letras brancas já anuncia o que ali vai nascer: Museu Nacional da Resistência e da Liberdade. Mas vai ser preciso esperar. A memória leva tempo a ser construída.

Não que ela não tenha começado a ser preservada, logo após o 25 de Abril de 1974. Domingos Abrantes, que esteve preso na Cadeia do Forte de Peniche durante quase nove anos, diz que desde essa altura que faz visitas guiadas à fortaleza, sobretudo para escolas. Mas a urgência de preservar a memória num suporte que vá além dos sobreviventes é cada vez maior, diz. “Ao princípio havia gente que sabia. Os pais e os avós. Depois desapareceram os avós, a referência dos avós; agora, até os pais. A maior parte dos professores ou eram pequenos ou nasceram depois. Estamos a falar de uma realidade que parece quase ficção. Houve uma vez um miúdo, numa dessas visitas, que disse: ‘Mas isso que você

está a dizer é mesmo verdade, não é tanga?’ Tal o absurdo”, conta Abrantes, prestes a fazer 83 anos.

Há cada vez menos gente que sabe – “mesmo muitos professores não conhecem, ficam surpreendidos que as mulheres pudessem ser despedidas, espancadas”, diz o antigo preso político –, e, por isso, é cada vez mais urgente tornar acessível o mais possível o conhecimento e a experiência do que foi o quotidiano do Estado Novo e a repressão que nele se viveu. “Ainda há pouco tempo eu estava a contar que as enfermeiras, por exemplo, não se podiam casar e uma pessoa diplomada arregalou os olhos. Porque é um absurdo que houvesse pessoas que para exercer certas profissões não pudessem casar. Estamos a falar de opressão brutal, de constrangimentos. Hoje ninguém sabe o que é a censura, não é? Até de ordem afectiva. O regime determinava coisas de uma monstruosidade... Manifestações afectivas na via pública eram proibidas. Aliás, costume brincar com os miúdos. A gente hoje entra numa escola e vê os miúdos a beijarem-se, de braço dado, e costume dizer: os vossos pais iam à falência, porque as multas estavam tipificadas.” E Domingos Abrantes ri-se a recordar este momento.

O comunista é um dos antigos presos que integram a Comissão de Instalação dos Conteúdos e da Apresentação Museológica (CICAM) do futuro museu nacional. E os contributos destes homens que ali estiveram detidos têm sido “absolutamente

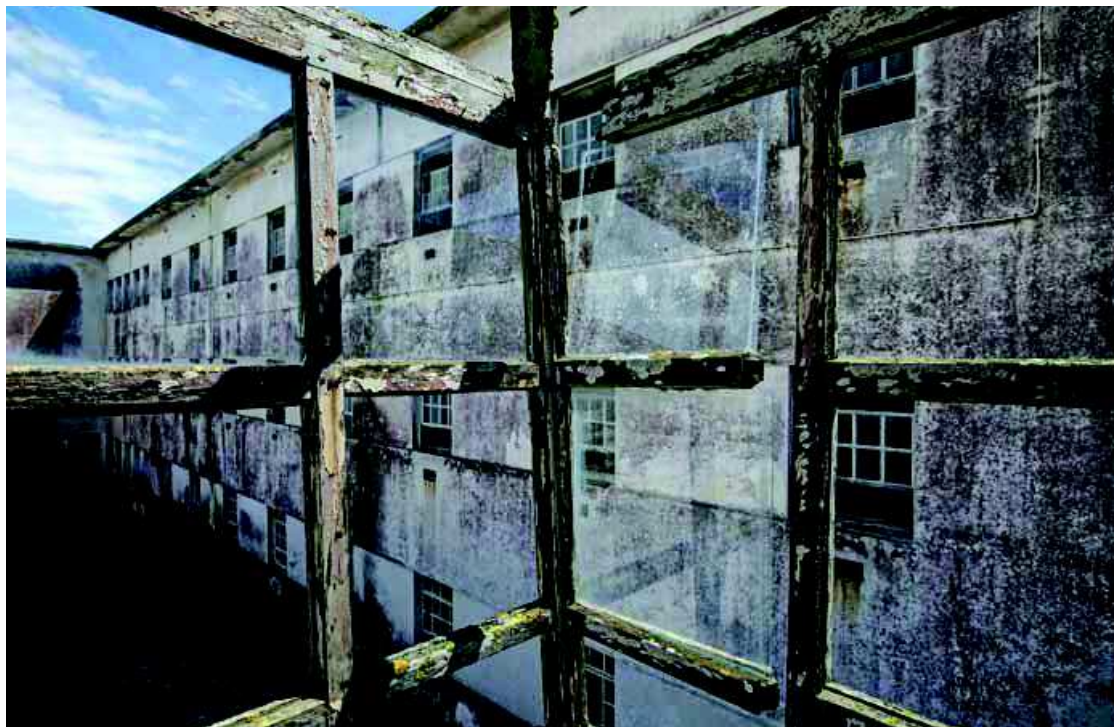
excepcionais”, diz a directora-geral da Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), Paula Silva. “Deram e continuam a dar contributos absolutamente excepcionais, têm sido extremamente importantes. É essencial, porque eles viveram a prisão e isso é uma das coisas que, quando tenho de falar sobre Peniche, lembro sempre: a grande oportunidade que é a construção deste museu, neste momento. Porque há um distanciamento relativamente ao regime fascista, uma visão mais distanciada desse regime, não é uma coisa construída logo no *day after*. Mas, por outro lado, ainda temos muitas pessoas que viveram esse momento, que estiveram lá presas. Temos gravações feitas aos familiares destes presos, que estarão disponíveis no museu, que são absolutamente fantásticas.”

Há outra razão para a responsável política, que preside à CICAM, dizer que “é muitíssimo oportuna a construção do museu” e que se prende com a realidade política actual. “Houve um período da História portuguesa muito longo que vai estar retratado de certa forma naquele museu, permitindo ver, no fundo, o sofrimento que é não ter liberdade. Essa memória vai ficar bem expressa, mas queremos que as gerações futuras percebam que não é só memória, é aquilo que não queremos perder hoje também. Num momento em que, por todo o lado, e na Europa também, os movimentos extremistas estão a aparecer, a oportunidade de fazer este museu é muito

grande. Um desafio importante por isso mesmo”, realça.

Se a ouvisse, Domingos Abrantes concordaria certamente com ela, até porque, por outras palavras, ele acaba por defender o mesmo. “As pessoas vão ali a Peniche, olham para aquelas paredes e tal, mas aquilo são paredes que escondem uma realidade concreta. É preciso transmitir essa realidade, sobretudo porque o que se tem hoje não caiu do céu. Foi conquistado. Eu estou vivo, a minha mulher [Maria da Conceição Matos] está viva, mas houve pessoas que morreram. Morreram na tortura, morreram assassinadas nas ruas. A liberdade que temos foi conquistada com enormes sacrifícios. Na clandestinidade, mães que passaram anos e anos sem ver os filhos. Filhos que até já nem se conheciam, nem conheciam as mães. Tem de haver a noção de que esta realidade não pode voltar e que o fascismo não foi uma coisa conjuntural, um acidente de percurso. Aliás, basta ver os perigos que corremos hoje. Ou as novas gerações entendem, sabem e lutam por isso ou então não há milagre que nos salve.”

Paula Silva também fala nas novas gerações. Nas crianças das escolas que quer ver passar pelo forte e para quem deverá ser montado um serviço educativo capaz de as fazer entender o que ali será mostrado. “Uma das questões que para nós é importante, e com a qual a ministra [da Cultura, Graça Fonseca] também está preocupada, é a forma como vamos transmitir a forma da resistência e da



O documento seria actualizado, já em 2017, com muito mais nomes – 9635 – e entregue a Jorge Lacão, vice-presidente da Assembleia da República, durante um encontro com membros da URAP.

Logo a 10 de Novembro de 2016, o então ministro da Cultura, Luís Filipe Castro Mendes, dizia, no Parlamento, que a inclusão do forte no programa Revive estava a ser reapreciada, e no mês seguinte confirmaria a retirada do monumento da lista. Em Abril de 2017, o grupo consultivo que Castro Mendes nomeara para encontrar uma solução para o forte já apontava para a criação de um museu como a melhor alternativa. Os trabalhos não pararam desde então.

José Pedro Soares, 68 anos, dirigente da URAP e um dos presos políticos a deixar a cadeia do Forte de Peniche na madrugada de 27 de Abril de 1974, foi o primeiro subscritor de petição entregue à Assembleia da República e ao Governo. Recorda como ele e os que ali tinham estado presos ficaram “chocados” com a possibilidade de ver o espaço em que estiveram presos ser transformado num hotel. Hoje é um dos membros da CICAM e está a rever a lista dos 2494 nomes de antigos presos políticos de Peniche, para que sejam inscritos num memorial que, ainda este ano, deve ser colocado na entrada da fortaleza.

A reconversão dos edifícios num museu está a andar devagar, mas o antigo preso político está optimista. “Acho que as coisas estão no bom caminho. É uma grande vitória de democracia, dos antifascistas, da liberdade e é bom que este local simbólico da resistência possa perdurar e estar disponível para as futuras gerações. É muito importante, é educativo. É também uma homenagem a todos os que disseram não, que resistiram pela liberdade, pela democracia, contra a censura, contra as guerras. Foi uma luta muito difícil, envolveu muitos milhares de pessoas. Uns foram mortos, outros foram torturados, é bom que esse tempo não seja esquecido”, diz.

O antigo ministro da Cultura teve o optimismo de acreditar que o museu já poderia estar a funcionar, parcialmente, a 27 de Abril deste ano. E há, de facto, alguns espaços que já poderão ser visitados. Mas muito pouco do que será o futuro museu estará visível. Até porque o Atelier AR4, que venceu o concurso público para a criação do Museu Nacional da Resistência e da Liberdade, ainda está a ultimar o projecto de execução, conforme disse ao P2 o arquitecto João Barros Matos. Paula Silva tem a expectativa de que este passo essencial do processo fique concluído até finais de Março.

E, no entanto, os trabalhos avançam. Basta entrar no forte para perceber que algumas coisas já mudaram e isto porque a DGPC avançou com trabalhos que não estão dependentes do projecto para o museu. Está a concluir a intervenção numa pequena área da muralha, voltada para o mar (um investimento de 150 mil euros) e a reabilitação das fachadas exteriores dos blocos A e B também está em curso. Mesmo assim, até estes trabalhos, que deviam estar concluídos no final de Maio, estão atrasados. Ainda falta impermeabilizar os telhados, e cruzam-se os dedos, na esperança de que o tempo ajude.

De portas abertas

Nada que impeça que, a 27 de Abril, o Forte de Peniche abra as suas portas, →



Em construção

José Pedro Soares, Mário Araújo e Adelino Pereira da Silva visitaram uma das salas do Bloco A. As fachadas dos antigos blocos prisionais e parte da muralha estão em obras, mas o museu ainda vai demorar

liberdade às crianças. Temos de ser capazes de ter serviços educativos que saibam mostrar às crianças tudo isso, conseguir transmitir-lhe estes aspectos”, diz.

Protesto e resposta rápida

Há pouco mais de dois anos nada disto estava em cima da mesa. Em Setembro de 2016, o Governo anunciou que a Fortaleza de Peniche era um dos edifícios que seriam concessionados, no âmbito do programa Revive. Não era a primeira vez que a ideia de transformar o edifício, ainda que parcialmente, numa unidade hoteleira, era avançada. De acordo com informações da Câmara da Peniche, divulgada nos órgãos municipais ainda em 2016, desde pelo menos 1977 que se desenhava a intenção de instalar um hotel no forte. O projecto para transformar o edifício histórico chegou a ser adjudicado ao arquitecto Álvaro Siza Vieira, segundo um anúncio feito em 2002, mas vicissitudes várias levaram a que nunca avançasse.

Quando, em 2016, essa possibilidade ganhou contornos mais reais, a reacção foi imediata, sobretudo por parte dos antigos resistentes e dos seus familiares. A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) encabeçou o protesto e a 5 de Outubro de 2016, menos de um mês depois do anúncio, foi entregue uma petição na Assembleia da República, com 4768 assinaturas, apelando ao Governo para que mantivesse o forte como “património nacional, símbolo da repressão fascista e da luta pela liberdade”.



garante a responsável da DGPC. Nessa altura, será possível visitar alguns dos espaços simbólicos da fortaleza, como o parlatório, onde se realizavam as visitas, o baluarte redondo, conhecido como “segredo” (local para onde eram enviados os presos de castigo, até 1956, e de onde se deu a famosa fuga de António Dias Lourenço, a 17 de Dezembro de 1954), e a capela de Santa Bárbara, do século XVII. É neste último espaço, explica Paula Silva, que poderá ser visto o primeiro conteúdo que integrará o futuro museu. “Na capela ficará a parte da história da própria fortaleza. Já é o que ficará no futuro museu, embora não seja definitiva.”

A partir dessa data, acrescenta a directora-geral da DGPC, a fortaleza não voltará a fechar-se definitivamente ao público. Depois de 27 de Abril vão começar visitas guiadas, ainda que condicionadas pela obra em curso. “A partir de Março já temos pessoal afecto ao museu. O forte não vai estar completamente aberto porque é preciso haver algum cuidado, por causa das obras, mas haverá visitas guiadas. Ainda não estabelecemos se elas serão por marcação prévia ou se serão definidas horas específicas, todos os dias, para essas visitas, mas elas vão acontecer”, diz.

Nessa altura, além dos espaços já referidos, será também possível ver a exposição que ali vai ser inaugurada a 27 de Abril sobre os conteúdos do futuro museu. A pensar na sua montagem, já foi derrubada uma parede, numa área junto ao segundo portão do forte, e que, durante o funcionamento da cadeia, era ocupada pela GNR.

Será aí, portanto, que se poderá perceber o que há-de vir e como serão organizados os 11 núcleos expositivos que estão a ser pensados pela CICAM em articulação com várias entidades, que procurarão pô-los em prática da forma mais clara e atractiva possível. Universidades, a Câmara do Peniche e vários serviços do Ministério da Cultura estão empenhados nessa solução, que poderá beber de outros museus dedicados ao fascismo ou ao nazismo a inspiração para transmitir a mensagem pretendida. Poder-se-á já perceber que o circuito museológico começa no parlatório e segue para o Bloco C – o primeiro a ser inaugurado segundo o novo modelo de prisão de alta segurança e de onde se deu a fuga de Álvaro Cunhal e de outros dirigentes do PCP, a 3 de Janeiro de 1960. Aí estará a história da fortaleza, que por enquanto ficará na capela, um memorial para “honrar todos os que se sacrificaram pela conquista da liberdade e democracia” e a história do regime fascista (devidamente enquadrada no contexto europeu), bem como o sistema policial e repressivo que o suportou. É também neste edifício que será possível descobrir mais sobre “o colonialismo e a guerra colonial” e a “resistência antifascista e anticolonialista”. No último piso, onde estava a ala de alta segurança, será possível visitar a história das fugas mais famosas das cadeias do regime e chegar-se ao 25 de Abril de 1974 e ao momento da libertação dos presos políticos.

O último núcleo expositivo ficará no Bloco B e será totalmente dedicado à cadeia propriamente dita e à vida prisional, incluindo o modo como os presos se organizavam e lutavam a partir do interior da fortaleza.

Os conteúdos que estão a ser construídos dividem-se por aqueles núcleos, mas toda a



“
Tenho esperança de que saia uma coisa que interesse à memória e à população. [Mas] nunca poderão compreender não vivendo. Uma coisa é viver, outra é descrever
António Borges Coelho

fortaleza – incluindo o Bloco A e as antigas casamatas – estarão incluídas no percurso de quem, no futuro, visitar o Museu Nacional da Resistência e da Liberdade. Tudo interligado, e sem a realidade estanque de cada estrutura que marcou o tempo da prisão, realça o arquitecto João Barros Matos. “Como prisão, os edifícios de celas do núcleo central (blocos A, B e C) estavam separados fisicamente e funcionavam de um modo independente. O projecto do novo museu

pretende manter, em grande parte, os edifícios e os pátios existentes, e introduzir um novo percurso de ligação entre todos os edifícios, o qual é estruturado em torno do pátio da cisterna e vai corresponder ao próprio percurso museológico.”

O arquitecto do gabinete de Évora que venceu o concurso público para a criação do museu conhece bem o tipo de fortalezas como a de Peniche, ou não tivesse feito o doutoramento, na Universidade de Sevilha (Espanha), precisamente sobre fortificações abaluartadas portuguesas, em concreto, as de Mazagão, Ceuta (ambas em Marrocos) e Diu (Índia). “A de Peniche é das primeiras fortificações abaluartadas construídas no território nacional e ainda possui alguns vestígios, como as casamatas, que fazem parte dos primeiros elementos que ali são construídos”, diz. Nada dessa história será apagada no futuro museu, que, desde o primeiro momento, explica, foi pensado “como um espaço de conhecimento e memória, marcado pela sobreposição de tempos”. “De um modo geral, estamos a falar de três tempos: o tempo da fortaleza, ao longo dos séculos; o tempo da prisão política, associada ao regime do Estado Novo; e o tempo do novo museu.”

Tudo isto ganha uma dimensão muito particular no pátio de recreio do Bloco C ou o pátio da cisterna, defende o arquitecto. “Este pátio já teve significados, ambientes e modos de funcionamento muito diferentes. Foi o antigo pátio do governador, onde se realizava o abastecimento de água, funcionou como o pátio da prisão, espaço com importância singular no quotidiano da prisão, e será agora o pátio do museu, em torno do qual vai ser estruturado todo o percurso museológico.”

É neste pátio que vão surgir dois dos três “elementos novos” que se juntam a um projecto que é, sobretudo, de conservação e reabilitação do existente. No pátio da cisterna ficará um dos dois elementos que

permitirão a acessibilidade aos edifícios de pessoas com mobilidade reduzida (o outro liga os blocos A e B) e será também construído um bar/cafetaria. A partir deste espaço, João Barros Matos descreve o percurso que os visitantes farão quando tudo estiver pronto – depois de percorrer o Bloco C (onde está previsto que fiquem também instaladas a recepção e a loja do museu), os visitantes passarão para o chamado Bloco D (zona de edifícios de apoio à prisão) e daí para o pátio dos blocos A e B, a partir do qual poderão aceder aos primeiros pisos dos dois antigos blocos prisionais, onde está previsto que sejam preservadas as suas salas (A) e celas (B) prisionais.

O projecto do gabinete AR4 prevê ainda a instalação de um auditório nas antigas cozinhas da cadeia, uma “intervenção simples” nas casamatas, que ganharão um piso em terra batida e uma infra-estrutura eléctrica “mínima”, para que aí possam funcionar exposições temporárias, e um conjunto de serviços de apoio, como centro de documentação, biblioteca, arquivo, gabinetes de investigação ou um centro educativo.

Meses de trabalho

Parece muito, mas Paula Silva garante que os trabalhos ainda sem data para começar (mas que espera que arranquem este ano) não devem ser demorados. “Não temos isso fechado, mas serão certamente meses porque não é uma obra muito complexa. O edifício existe e no fundo é um projecto de museografia e acessibilidades. O fantástico daquilo é que o museu está lá, são aquelas paredes e está muitíssimo bem conservado em muitas áreas. Nesse aspecto é muito bom, uma grande felicidade.” É também essa memória viva marcada nos próprios edifícios que leva Domingos Abrantes a dizer: “Mesmo que não houvesse lá nada, as pessoas vão ali, vêem aquelas celas, aquelas



portas. Há ali uma realidade que se pode explicar.”

Adelino Pereira da Silva, que passou mais de cinco anos preso em Peniche, grande parte dos quais no chamado “regime de observação”, que o impedia de contactar com os outros presos, diz que nunca sai de um regresso à antiga fortaleza incólume. “Reajo sempre com grande emoção. Isto tem uma carga emocional muito grande. Nas primeiras visitas emocionei-me de tal maneira que tive de interromper momentaneamente e as pessoas perceberam e diziam: ‘Pronto, vamos lá descansar um bocadinho.’ Foi nas primeiras visitas que fiz e foram terríveis, porque me trouxeram à memória muitas coisas”, diz o homem, prestes a fazer 80 anos.

Em parte, são essas memórias de tempos terríveis que os membros da CICAM estão a tentar definir como serão contadas. E a tarefa está longe de ser fácil. Aos 90 anos, o historiador António Borges Coelho, que esteve mais de quatro anos encerrado no Bloco C, ainda aguarda para ver. “Eu tenho esperança de que saia uma coisa que interesse à memória e à população de Peniche, mesmo para o desenvolvimento da própria terra. [Mas] Nunca poderão compreender não vivendo. Uma coisa é viver, outra coisa é descrever.” Um dos seus desejos é que o futuro museu traga novas vozes ao conhecimento do público. “O que eu gostava de lembrar são aqueles que nunca exprimiram aquilo que efectivamente foi a sua vida e o seu drama. Porque foram milhares. Eu posso contar, por poder ter acesso a órgão [de informação], mas houve milhares e milhares que sofreram pancadas, espancamentos brutais, que estiveram dias e dias na estátua”, diz.

José Pedro Soares também tem um desejo para o museu – que já foi transmitido no âmbito da CICAM e que Paula Silva garante que está a ser trabalhado – e que se prende com o ambiente muito particular que os

presos sentiam naquele forte e que marcava o seu dia-a-dia. “Este silêncio” – diz, na entrevista ao P2, realizada no pátio do recreio entre os blocos A e B –, “só ouvimos as gaivotas, as bateiras à noite, dos barcos que iam para a pesca, aquele tatatatata, que eram os barcos que iam a sair. A furna no Inverno. Quando a maré enchia a furna aqui em baixo, fazia um barulho, truuuuu. Um farol aqui próximo, ouvia-se a fazer uooooooooo. Eram sons que nos ficaram. Das gaivotas, dos pescadores a saírem à noite. E os apitos dos guardas, hora de levantar, hora da refeição, hora do recreio. Tudo isso são coisas que nos ficaram e que devem também estar no futuro museu. Quem entra aqui deve ouvir esses sons. Faz parte do clima psicológico. As pessoas entrarem, situarem-se, irem a uma cela e saberem que naquele espaço exíguo, tão pequeno, vivíamos dias e noites fechados, com um balde onde fazíamos as necessidades e depois deitávamos fora. Acho que é incrível saber que neste tempo histórico em que vivemos havia pessoas que estavam presas por lutar pela liberdade de todos. Pelo fim da guerra.”

Não apagar a memória

Agora, que o museu está em curso, Clemente Alves, 66 anos, que passou oito meses encarcerado em Peniche, já recuperou do “choque muito grande” que diz ter sentido quando soube da intenção de concessionar o edifício. “Não é inocente este pensamento que passa pela cabeça de quem tem o poder de decidir apagar a memória, porque era disto que se tratava”, diz o actual vereador da CDU na Câmara de Cascais. “Era apagar a memória do esforço de tantos milhares de pessoas, do povo que lutou contra o fascismo, porque tinha sede de liberdade, de poder dizer o que pensava, de poder dizer ‘tenho fome, quero trabalho e, trabalhando, tenho o direito de

ter o salário digno que me permita a mim alimentar a minha família.’ De pessoas para quem a política era apenas isto, também. Que lutaram não por si, mas pelos outros e pagaram com muitos anos de privação da sua liberdade, aqui e em Caxias, mesmo no Tarrafal onde morreram muitos homens.”

E para que a memória não se apague, não basta que exista um museu. É preciso que ele seja visitado e que as gerações mais novas o frequentem e entendam o que ali se retrata. É disso que falam os antigos presos políticos José Tavares Marcelino, de 79 anos, que passou sete meses em Peniche, e Daniel Cabrita, também com 79 anos, e que ali esteve encarcerado durante um ano e quatro meses. “Espero que [com o museu] a juventude saiba que houve em Portugal presos políticos e que eram presos políticos não por terem cometido crimes. Era por terem uma opinião para melhorar as condições de vida de todos nós. E que lutámos por isso. Por isso estivemos aqui, presos. Que saibam porque é que as pessoas cá estiveram. Fomos castigados por delito de opinião e não por termos cometido crimes”, diz Marcelino. Daniel Cabrita, que tem colaborado com a CICAM, insiste que o futuro museu “terá de ser um lugar que consiga transmitir de alguma forma aquilo que foi a violência do regime fascista por um lado e a resistência das pessoas que procuravam contrariar essa violência, tentando a liberdade para o país”. Cabrita fala do exemplo do Museu do Aljube Resistência e Liberdade, que tem “actividade permanente e iniciativas diversas”, como algo que Peniche deve oferecer também.

Paula Silva garante que não poderia ser de outra maneira. “O Aljube é evidentemente uma referência, na medida em que já existe. O director do museu [Luís Farinha] está na equipa da CICAM. Uma das funções de um museu é atrair as pessoas mais do que uma vez, não é levá-las lá uma vez e nunca

mais voltarem. E isto consegue-se através de actividades que passam por exposições temporárias, conferências, debates e capacidade de atrair as pessoas para verem de forma diferente o que já viram uma vez. Conseguir ter novos olhares. [A cadeia de] Peniche, além de o próprio espaço ser muitíssimo forte e muitíssimo marcante a qualquer pessoa que vá visitar o sítio – dentro de uma fortaleza, com a proximidade do mar – oferecerá a possibilidade de perceber como era a vida lá dentro. O Aljube não tem tanto isso, vamos tentar desenvolver muito essa parte”, explica a responsável da DGPC.

Há coisas que serão difíceis de transmitir. Como a descrição de António Borges Coelho da humidade no interior das celas: “Nós andávamos nas celas e os passos ficavam marcados no chão.” Ou a importância do voo de uma gaivota quando nada do exterior, nem mesmo o mar, era visível para quem ali estava preso, atrás de muros e com vidros martelados nas janelas que ocultavam a paisagem. No final, Adelino Pereira da Silva espera que o futuro da fortaleza passe pela transmissão de uma mensagem muito clara. “Em primeiro lugar era um dos símbolos maiores da repressão fascista, mas simultaneamente é também, ainda hoje, um dos grandes símbolos de resistência antifascista. Por isso é que queremos lá o museu, que conte a história do que foi a repressão, do que foi a perseguição, do que foram as torturas. Tudo isso, não é?”

E isso lá estará. Embora Paula Silva não arrisque antecipar quando estará tudo. “Em Abril de 2020, esperamos ter mais uma parte já disponível: o museu, no sentido de museu, de porta aberta, com cafetaria e loja. O resto ainda não sei dizer.” Porque até a totalidade do financiamento está ainda por obter. Para já, existem 3,5 milhões de euros (85% dos quais de fundos comunitários), mas faltam ainda dois milhões de euros, para que o valor previsto de 5,5 milhões para todo o projecto esteja garantido. “Estamos a trabalhar para que venha o resto da verba”, garante.

Que até hoje não tenha sido criado um museu nacional (o do Aljube é municipal) dedicado a este período da história do país é um mistério até para a directora-geral da DGPC. Mas um mistério para o qual a própria Paula Silva começa a desenhar uma resposta. “É estranho, não é? Quando tive de fazer uma conferência em que apresentei o projecto do museu, pus-me a pensar, porque diabo será que não existe um museu nacional que fale do que foi o fascismo? Provavelmente foi por causa dessa necessidade de distanciamento, é preciso dormir sobre as coisas. Mas temos de fazer isto, até por aquilo tudo que toda a gente sofreu. Era um regime opressivo, dava tristeza às pessoas viver aqui e gerou aquela emigração terrível nos anos 1960, que começou a esvaziar o país da forma que esvaziou. Ainda sofremos com isso.”

Que as suas mãos façam parte do conjunto daquelas por onde passará a criação deste novo museu é algo que, diz Paula Silva, lhe dá “uma grande felicidade”. “Evidentemente é muito melhor fazer-se este museu [do que concessionar o edifício]. Evidentemente. E vai ser de certeza uma referência, esperamos que também a nível internacional. É um bom desafio.”

patricia.carvalho@publico.pt
adriano.miranda@publico.pt